

O pensamento dualista e a teoria da dependência: Influências na produção agroindustrial e impactos na soberania alimentar no Brasil.

Fábio Molinari Bitelli y Júlio César Suzuki.

Cita:

Fábio Molinari Bitelli y Júlio César Suzuki (2019). *O pensamento dualista e a teoria da dependência: Influências na produção agroindustrial e impactos na soberania alimentar no Brasil*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/2323>



O pensamento dualista e a teoria da dependência: Influências na produção agroindustrial e impactos na soberania alimentar no Brasil.

Fábio Molinari Bitelli
Júlio César Suzuki

Resumo

Este estudo pretende observar como as políticas econômicas globais influenciam (ou determinam) o modelo de produção agroalimentar, que sugere a crescente exclusão de diversos atores do sistema produtivo dos países que detêm as maiores áreas territoriais de produção de alimentos, sobretudo, as nações da América Latina. Como suporte teórico utilizou-se as obras *Crítica à Razão Dualista* (Oliveira, 2015) e *“Teoria da Dependência” ou Análises Concretas de Situações de Dependência?* (Cardoso, 1970) e, a partir da discussão teórico-conceitual acerca do modelo de produção capitalista e dos impactos das práticas do agronegócio, apoiados em dados de países da América Latina, mais precisamente do Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), cujas principais áreas produtivas são de propriedade de empresas estrangeiras. Tal modelo aponta para a financeirização das *commodities* agrícolas ali produzidas e resulta-se contrário à soberania alimentar destas nações.

Palavras chave

Produção agroalimentar; Soberania alimentar; Teoria da dependência; Pensamento dualista.

Introdução

A obra *Crítica à Razão Dualista* (2015), de Francisco de Oliveira e publicada originalmente na década de 1970, constituiu suporte para interpretações teóricas ao ofertar uma leitura marxista da história do Brasil moderno, entender a expansão do sistema capitalista de produção e suas formas enquanto revolução burguesa, respaldada na lógica do desenvolvimento nacional.

Com o objetivo discutir a tese de Oliveira, buscou-se relação na Teoria da Dependência, esse último baseado no texto *“Teoria da Dependência” ou Análises Concretas de Situações de Dependência?* (CARDOSO, 1970) – ambos os autores críticos do ponto de vista econômico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que defendia uma visão dualista separando a modernização e os setores tradicionais. Logo, este artigo tem como objetivo oferecer discussão teórica apoiada nos estudos



supracitados e acerca de produção agroindustrial de alimentos, tendo como lócus o modelo brasileiro e seus impactos na soberania alimentar.

A crítica à razão dualista e a teoria da dependência

Inicialmente, Oliveira (2015) trata do atraso no desenvolvimento capitalista brasileiro, motivo do conjunto de medidas tomadas em 1930, do então governo de Getúlio Vargas, para facilitar a industrialização brasileira: a institucionalização das leis trabalhistas, a transferência de excedentes da atividade agroexportadora para a indústria, o aumento da infraestrutura, a expansão de empresas estatais e o estímulo à expansão das empresas privadas nacionais. Medidas que tinham como finalidade implantar uma política de Estado para favorecer a acumulação burguesa.

Para Oliveira (2015) a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi uma das medidas responsáveis pelo avanço da industrialização no país, bem como a intervenção do Estado para estimular o modo de produção capitalista, promovendo sua expansão. Considerando que a classe burguesa nacional ainda não tinha força, criou-se uma política salarial depreciada pela legislação trabalhista, diminuindo o conjunto de assalariados, que logo permitiu à burguesia o aumento do capital. O resultado da depreciação do salário pelo Estado foi o rebaixamento do nível de vida das classes trabalhadoras, que por outro lado configurou as bases da concentração de capital.

O período histórico denominado como Revolução de 1930 marcou o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbana, com predominância da estrutura produtiva urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda do setor industrial, de acordo com Oliveira (2015), essa superou a da agricultura, processo que culminou em uma nova correlação de forças sociais, a reformulação do sistema produtivo e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho têm o significado, de um lado, de destruição das regras para as quais a economia se inclinava (atividades agrário-exportadoras) e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em resumo, de introduzir um novo modo de acumulação, que dependerá substantivamente da realização parcial interna e crescente.

A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a



produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo) (Oliveira, 2015, p. 36).

Sendo as leis trabalhistas parte de um conjunto de medidas orientadas para um novo modo de acumulação, a população em geral, e especificamente a população que se instalava nas cidades, necessitava ser transformada em “exército reserva” (Oliveira, 2015)). Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército reserva” fazia parte do sistema de reprodução do capital, necessária do ponto de vista do modo da acumulação; favorecia as demanda para o cálculo econômico empresarial, que o livrava de um mercado de concorrência perfeita e a legislação trabalhista igualava para baixo o preço da força de trabalho.

A não evolução do setor agrário foi o motivo, segundo Oliveira (2015), permitiu a manutenção da força de trabalho a baixos níveis e favoreceu a acumulação de capital e maior viabilidade ao setor industrial, possibilitando que o modelo anterior de agricultura financiasse a agricultura moderna e a industrialização; e ainda, que o atraso no sistema agrícola fornecesse aos aglomerados urbanos (industriais) significativo contingente de mão-de-obra, em detrimento da vida no campo e dos setores tradicionais.

Nesse sentido Cardoso (1970), ao tratar sobre a Teoria da Dependência, aponta que o desenvolvimento brasileiro ocorreu pela possibilidade de acumulação e precarização da classe popular (essencial à acumulação da burguesia industrial nascente), indicando alguns elementos principais que o demonstram: i) a regulação das leis de trabalho; ii) influência do Estado na economia; iii) importância da agricultura; iv) a origem e desenvolvimento industrial; e, v) sobreposição do setor terciário como modo de acumulação nas cidades.

Esse modelo econômico foi referenciado pelos autores a partir do conceito de subdesenvolvimento, termo que aparece tanto no texto de Oliveira (2015) quanto no de Cardoso (1970), que colabora como argumento para a tese “dualista” (ao apontar, sob o estigma de juízo de valor, para o moderno enquanto oposição ao tradicional):

[...] o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o



processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” crescer e se alimenta da existências do “atrasado”, se se quer manter a terminologia (Oliveira, 2015, p. 32).

O subdesenvolvimento foi assinalado como o caminho pelo qual as economias pré-industriais transitavam em direção às formas mais avançadas de produção para expansão do capitalismo. Isso elucida que as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global. Em resumo, Oliveira (2015) caracteriza o subdesenvolvimento como uma formação capitalista e não simplesmente histórica, ao destacar o aspecto da dependência – “a conhecida relação centro-periferia” –, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. (Oliveira, 2015, p. 33).

Logo, a contradição aparece no sistema do subdesenvolvimento, na sua capacidade de produzir um excedente, que logo é apropriado parcialmente pelo exterior e, na sua incapacidade de absorver internamente de modo produtivo a outra parte do excedente gerado. Essa ambiguidade aparece como especificidade de “dependência” nas nações subdesenvolvidas (Cardoso, 1970).

Tanto Cardoso quanto Oliveira afastaram-se do esquema cepalino, que vê nas relações externas apenas oposição aos interesses nacionais – como a ideia de soberania nacional, por exemplo – para reconhecerem que, antes de uma oposição global, a “dependência” articula os interesses de determinadas classes e grupos sociais da América Latina com interesses de determinadas classes e grupos sociais fora dela. Os interesses hegemônicos (e contra hegemônicos) aparecem como o resultado comum de interesses, que sobretudo está determinada pela divisão internacional do trabalho, na escala do mundo capitalista.

Para Cardoso (1970) nos processos de desenvolvimento pelos quais passaram os países da América Latina não foram consideradas as variáveis sociais e políticas, criticando as concepções evolucionistas (das etapas) e funcionalistas (da teoria da modernização) no processo de desenvolvimento econômico. Com isso, fundamenta que o desenvolvimento capitalista não pode desligar-se do processo de expansão do



sistema capitalista internacional e das condições políticas dos quais faz parte; contudo, evidencia

[...] que as estruturas condicionantes são o resultado da relação de forças entre classes sociais que se enfrentam de forma específica em função de modos determinados de produção. Trata-se, portanto, de valorizar um estilo de análise que apanha os processos sociais num nível concreto (Cardoso, 1970, p. 28).

Diante da aplicação de dois aspectos apontados como “significação metodológica”, onde o primeiro seria a análise do processo histórico de constituição da ordem capitalista internacional com intuito de explicar a relação entre as classes sociais no nível interno das nações; e a segunda, o modo de produção capitalista internacional, “o Imperialismo” (enquanto condicionantes externos) são replicados na economia, nas classes sociais e no Estado internamente, ou seja o interesse das potências dominantes prevalece em ambas situações, ou seja, situadas na dependência. A teoria de Cardoso (1970, p. 30) defende que a utilidade e o significado de dependência está permeado “pelas mediações políticas (inclusive o Estado Nacional) e sociais (de acordo com a formação histórica das classes em cada situação de dependência), da pugna de interesses por intermédio da qual se vai impondo o capitalismo ou a ele se vão opondo forças sociais por ele mesmo criadas”.

Ou seja, o capitalismo internacional se articula de tal forma que recusa ser responsável pelos efeitos internos. O exemplo utilizado por Cardoso para contextualizar, foi a suposição de que se o conglomerado (industrial) multinacional passa a prevalecer como instituição da produção, provoca uma reorganização da divisão internacional do trabalho e leva à rearticulação das economias periféricas, do sistema de alianças e de incompatibilidades entre classes nos níveis interno e externo. Questões como interesses locais, das classes, do Estado, dos recursos naturais e da forma como eles foram construídos historicamente todavia impactam nessas relações.

Produção agroindustrial e soberania alimentar

Ao buscar por trabalhos cujo tema da agroindústria contemporânea que evidenciasse as questões relacionadas à produção de alimentos como modelo industrial capitalista, encontrou-se em Garay (2015) e Bernstein (2015), o suporte para discussão. Ambos discutem a concentração de produção nos países da América Latina, juntamente de temas como a divisão das classes trabalhadoras, a mundialização dos alimentos (que interfere diretamente na cultura alimentar de diversos povos, por exemplo) e soberania



nacional, já que tais nações tem como principal meio de produção e geração de riqueza a agroindústria para exportação.

Os países latino-americanos se posicionam como grande fornecedores mundiais de alimentos e estão organizados em função das cadeias de produção e comercialização em escala global, cuja demanda busca por matérias primas agrícolas, alimentos ou outros produtos agroindustriais. A integração dessas estruturas produtivas e desses mercados com os circuitos mundiais de produção e comercialização de bens agrícolas – impulsionado a partir dos anos 1990 – resultou em um rápido desenvolvimento rural, direcionado ao aumento significativo de produtividade e de transações comerciais (exportações e importações), porém comercializados como *commodities*, de baixo valor agregado.

O modelo da agricultura “moderna” ou “capitalista”, comumente referida como “agronegócio”, para Garay (2015, p. 130):

[...] se estendeu rapidamente nesses países, como um fenômeno simultâneo e inerente ao processo de integração produtiva em nível global. Além da estreita vinculação com os mercados mundiais, o agronegócio se caracteriza por ser um modelo intensivo no uso de capital (maquinários e insumos tecnológicos) e de recursos energéticos (combustíveis fósseis e água), em detrimento da utilização do trabalho humano.

Logo, Garay (2015, p. 130) em seu estudo que teve como objeto de pesquisa as cadeias produtivas agroalimentares do cone sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), com o objetivo identificar a forma como esses países se inserem na atual dinâmica agroalimentar mundial, fato que determina os níveis de dependência interna ou externa. Confirma então que tais países se consolidaram como importantes fornecedores de *commodities* agrícolas no mundo, evidenciando que a região seja tratada como grande fornecedora de produtos agrícolas, contudo são as grandes empresas transnacionais detentoras do agronegócio na região – fato confirmado a partir da apresentação de índices como os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na agricultura (produção primária) e na agroindústria dos países pesquisados, modelo que aponta para a dependência externa.

Nesse contexto, formaram-se cadeias agroalimentares (ou agroindustriais) globais e junto à sua ampliação, instala-se uma “divisão do trabalho” na medida em que os países “em desenvolvimento”¹ se especializam na fase da produção primária de cultivos agrícolas (em alguns casos, incorporaram também atividades de processamento básico) enquanto que, os segmentos industriais, onde ocorre a maior agregação de



valor aos produtos, estão localizados fora da América Latina. Tais corporações transnacionais foram elencadas, no caso do Cone Sul por Garay (2015) conforme os países de concentração, apresentando uma classificação das dez maiores empresas em cada segmento da cadeia global agroalimentar divididos em: (i) produção, (ii) fornecedores de insumos, (iii) fabricantes de alimentos e bebidas, (iv) varejistas e (v) outras (de propriedade privada). Consta-se que do total, nenhuma empresa está localizada em países da América Latina e que as transnacionais oriundas de países “desenvolvidos” dominam principalmente os segmentos considerados estratégicos da cadeia de produção.

Outra questão de importância político-econômica na esfera da agricultura, mapeada na pesquisa de Garay (2015), é o fenômeno do *landgrabbing* (“estrangeirização” de terras). Prática que ocorre desde o processo de modernização da agricultura nos países pesquisados, porém com a concentração de agentes locais na produção agrícola e pecuária, e na proliferação de operações que envolvem grandes áreas territoriais de terra e consequentemente grande volume de capital a nível global.

Os dois pontos apresentados nos parágrafos anteriores, caracterizam a inserção dos países da América Latina na dinâmica agroalimentar global e comprovam o alto grau de investimento internacional nas atividades de produção de alimentos (que excluem o domínio nacional) com evidente orientação para os mercados externos, dos países hegemônicos.

Preocupado com o aumento absoluto da necessidade de alimentos e da população mundial, vinculados principalmente aos modelos industriais de produção agroindustrial, Bernstein (2015) sai em defesa de um “modo camponês”, como base de um sistema alimentar sustentável e socialmente justo de incentivo à soberania alimentar de determinada sociedade ou nação. Tal modelo sugere a retomada do formato tradicional de produção, sem privar-se de incentivos, inovação e tecnologias, ademais de outros atributos que os produtos e as relações comerciais carregam, ao agregar maior valor para o produtor.

Com base na publicação *Soberania Alimentar: Reconectando Alimentação, Natureza e Comunidade* (Wittman, 2010) organizada pelo Instituto de Política de Desenvolvimento em Alimentação (*Food First*)² como “o direito das nações e dos povos de controlarem seus próprios sistemas alimentares, incluindo seus próprios mercados, modos de produção, culturas alimentares e meio-ambiente [...] como uma alternativa crítica ao modelo neoliberal dominante de agricultura e comércio”. Nesse sentido, Bernstein



(2015), na tentativa tratar as questões direcionadas à soberania alimentar, identificou e avaliou os principais elementos estruturantes: (i) uma abordagem global contra o agronegócio, seja pelas devastações ambientais ou sociais que a prática provoca; (ii) a partir da retomada e reorganização, considerando o contexto atual da globalização, da superioridade social e moral do “camponês” (ou do pequeno agricultor) e por sua superioridade ecológica no âmbito da produção, principalmente; e, (iii) como um programa para a constituição de uma nova ordem alimentar mundial, sustentável e socialmente justa, capaz de “reconectar alimento, natureza e comunidade” (Wittman, 2010). Bernstein (2015) defende que os elementos destacados relacionam-se com os impactos ocorridos principalmente após a globalização, da política sobre a economia, ao passo que as questões clássicas da sociologia política somam-se à vários temas (listados ao menos doze, cujo impacto está diretamente ligado à agricultura) na promoção de qualquer programa de soberania alimentar.

Discussão dos resultados

A diversidade de temas tem em seu cerne questões como a industrialização em detrimento das formas tradicionais de produção agroalimentar, do acúmulo de capital, o favorecimento e enriquecimento de uma burguesia industrial, temas já apontados nas críticas realizadas por Oliveira e Cardoso (na década de 1970). Sinaliza a intensificação de algumas tendências há muito evidentes na agricultura capitalista, incluindo o ritmo da mudança tecnológica no cultivo e uso intensivo de agrotóxicos, conduzidas pelas estratégias de acumulação das grandes corporações – transnacionais conforme mapeado no estudo de Garay (2015) sobre a agroindústria no Cone Sul –, na disseminação insumos agrícolas mediante a privatização, no controle de sementes, e na venda conjugada de semente-adubo-pesticida como única alternativa para qualidade produtiva de plantio.

Ademais, há também diversos impactos à dimensão social (ou de reprodução social), como o consumo de alimentos industriais (que visam a escala, quantidade *versus* qualidade), para além daqueles que acarretam problemas nutricionais de saúde pública, os sociais como a desapropriação de agricultores, famílias e comunidades (no Brasil, inclui-se as terras indígenas, quilombolas, demarcadas e de direito).

Vale lembrar que o primeiro artigo da Constituição brasileira, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel de seus estados, municípios e o distrito federal, constituindo-se em um Estado democrático de direito que tem como fundamentos: a



soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa, e o pluralismo religioso.

No que tange o fundamento da soberania, o parágrafo único do artigo primeiro diz: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos diretamente, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988), e o artigo terceiro aponta que esses poderes serão representados através da divisão dos poderes legislativo, executivo e judicial, garantindo-lhes a independência e a harmonização entre si.

Segue constituindo objetivos fundamentais do Brasil, segundo posto no artigo terceiro: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais e regionais; promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Conclusão

Percebe-se, ao retomar os direitos garantidos perante a Constituição do Brasil, que essas apontam diretamente para a soberania nacional e ao direito ao bem-estar da pessoa humana, que inclui entre outros, o direito à alimentação mínima e ao trabalho digno, questões essas discutidas a partir do referencial desse estudo.

Em síntese, é possível encontrar contrapontos e similaridades na Crítica à Razão Dualista e Teoria da Dependência que suportam a relação direta à questão da produção agroindustrial capitalista nas práticas modernas agroindustriais (agronegócio) que são contrários à soberania alimentar de uma nação.

A propósito do conteúdo das obras utilizadas como parâmetros para a discussão, pretende-se como continuidade deste estudo, a pesquisa acerca de como as políticas econômicas globais influenciam (ou determinam) a cultura alimentar de diversas sociedades latino-americanas e de como essa cadeia produtiva da agroindústria sugere a crescente exclusão de diversos atores do sistema produtivo agrário de países que detêm as maiores áreas territoriais de produção de alimentos, entre eles, principalmente, as nações da América Latina.

Notas

¹ Termo utilizado pela United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).

² Institute for Food and Development Policy (Food First), Oakland (CA).



Referências

Bernstein, Henry (2015). Soberania alimentar: uma perspectiva cética. Sociologias. Porto Alegre, RS, 2015.

Brasil, Constituição Federal (1988). *Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

Cardoso, Fernando Henrique (1970). *“Teoria da Dependência” ou situações concretas de Dependência?*. CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1970. Disponível em: <https://bit.ly/30sS7ci>

Garay, Sara (2015). A integração agroalimentar no Cone Sul e os desafios para a segurança e a soberania alimentar. *Cadernos Argentina Brasil*, v. 4, n. 1, 2015.

Oliveira, Francisco de (2015). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Boitempo editorial, 2015.

Wittman, Hannah et al. (2010). *Food sovereignty: Reconnecting food, nature & community*. Pambazuka, 2010.